

PROCESSO TCE Nº 14.926.2011-80.

ENTIDADE: Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar.

NATUREZA: Prestação de Contas.

OBJETO: Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar - SEAPROF, referente ao exercício de 2010.

RESPONSÁVEL: Nilton Luiz Cosson Mota.

RELATOR: Cons. Antonio Cristovão Correia de Messias.

ACÓRDÃO Nº 10.752/2018

PLENÁRIO

EMENTA: Prestação de Contas. Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (SEAPROF). Apuração de falhas consideradas formais: A) ausência do ato de nomeação e da inclusão no Rol dos Responsáveis do Técnico em Contabilidade que assinou os demonstrativos contábeis, B) divergência de R\$ 51.614,00, entre a conta “Equipamentos e Materiais Permanentes” e a Demonstração das Variações Patrimoniais, C) ausência de registro contábil da dedução registrada na conciliação bancária da conta nº 198.399-5, do Banco da Amazônia S/A, no valor de R\$ 48.219,26, referente ao prejuízo acarretado pela falência do Banco Santos, e D) divergência de R\$ 78.498,57, entre o Inventário Patrimonial de Bens e o valor lançado no Balanço Patrimonial. Regularidade com ressalva. Arquivamento.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por unanimidade**, nos termos do **voto** do Conselheiro-Relator, **considerar**, com fundamento no inciso II, do artigo 51, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, **regular com ressalva a Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (SEAPROF)**, referente ao **exercício orçamentário e financeiro de 2010**, de responsabilidade do Senhor **Nilton Luiz Cosson Mota**, Secretário de Estado à época, valendo como ressalva as falhas formais apuradas pela DAFO: **A)** ausência do ato de nomeação e da inclusão no Rol dos Responsáveis do Técnico em Contabilidade que assinou os demonstrativos contábeis, **B)** divergência de **R\$ 51.614,00** (cinquenta e um mil, seiscentos e catorze reais), entre a conta “Equipamentos e Materiais Permanentes” (**R\$ 10.428.418,61**) e a Demonstração das Variações Patrimoniais (**R\$ 10.480.032,61**), **C)** ausência de

registro contábil da dedução registrada na conciliação bancária de fl. 234 (Volume 1), da conta nº 198.399-5, do Banco da Amazônia S/A, no valor de **R\$ 48.219,26** (quarenta e oito mil, duzentos e dezenove reais e vinte e seis centavos), referente ao prejuízo acarretado pela falência do Banco Santos, e **D)** divergência de **R\$ 78.498,57** (setenta e oito mil, quatrocentos e noventa e oito reais e cinquenta e sete centavos), entre o Inventário Patrimonial de Bens (**R\$ 33.410.803,97**) e o valor lançado no Balanço Patrimonial (**R\$ 33.332.305,40**). Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos. Ausentes, justificadamente, o Excelentíssimo Senhor Conselheiro **Valmir Gomes Ribeiro** e a Excelentíssima Senhora Conselheira **Naluh Maria Lima Gouveia**.

Rio Branco – Acre, 26 de abril de 2018.

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**

Presidente do TCE/AC, em exercício

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**

Relator

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**

Conselheira Substituta **MARIA DE JESUS CARVALHO DE SOUZA**

Fui presente:

JOÃO IZIDRO DE MELO NETO

Procurador do MPE/TCE/AC